

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
PLANO DA OBRA	11
PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS	13
INTRODUÇÃO	15
§ Prévio: Despesa pública e consciência coletiva	16
i) A centralidade da despesa pública	21
ii) A juridicidade da despesa pública	24
iii) Método e sequência dos desenvolvimentos	29
PARTE I. DIREITO DA DESPESA PÚBLICA	33
1. O Direito da despesa pública enquanto disciplina científica	33
2. O objeto do Direito da despesa pública e a noção de despesa pública (gasto público)	36
3. A autonomia do Direito da despesa pública	38
3.1. Autonomia científica	38
3.2. Autonomia pedagógica	40
4. Disciplinas jurídicas contíguas e proximamente relacionadas	42
4.1. Direito da despesa pública e Direito Constitucional	42
4.2. Direito da despesa pública e Direito Internacional (Público)	46
4.3. Direito da despesa pública e Direito da União Europeia	48
4.4. Direito da despesa pública e Direito Financeiro Público	50
4.5. Direito da despesa pública e Direito Tributário	52
4.6. Direito da despesa pública e Direito Administrativo	53
4.7. Direito da despesa pública e Direito Privado	55
4.8. Direito da despesa pública e Direito Criminal	57

4.9. Direito da despesa pública e direito Processual	59
4.10. Direito da despesa pública e Filosofia do Direito	60
5. As fontes do Direito da despesa pública	62
5.1. Conceitos operativos - uma noção jurídica adequada de fonte e de norma	62
5.2. Tipologia das normas	64
5.2.1. Normas constitucionais	65
5.2.2. Normas de Direito Internacional Público	66
5.2.3. Normas de Direito da União Europeia	70
5.2.4. Normas legais	71
5.2.4.1. Normas legais com vocação temporal indeterminada	73
a) A Lei de enquadramento orçamental (LEO)	75
b) A Lei de bases da contabilidade pública (LBCP)	76
c) O Regime de administração financeira do Estado (RAFE)	77
d) A Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) e as respetivas normas legais disciplinadoras	79
e) O DL n.º 26/2002 e o DL n.º 171/94	81
f) A Lei de organização e processo do Tribunal de Contas (LOPTC)	82
g) O Código dos contratos públicos (CCP)	83
5.2.4.2. Normas legais com vocação temporal determinada	86
a) A lei do orçamento do Estado	87
b) O decreto-lei de execução orçamental	88
5.2.5. Normas infralegais (regulamentares)	90
5.3. Aplicação das normas relativas a despesa pública	92
5.3.1. Aplicação no tempo	92
5.3.2. Aplicação no espaço	94
5.4. Interpretação de conceitos indeterminados e polissémicos	95
5.4.1. A juridicidade da tarefa interpretativa	95
5.4.2. A imprescindibilidade de ponderação de interesses conflituantes	97
5.5. Integração de lacunas	100
6. Princípios enformadores do Direito da despesa pública	101
§ Enquadramento	101

6.1. Princípio da prossecução do Interesse público	102
6.2. Princípio da equidade intergeracional	105
6.3. Princípio democrático	109
6.4. Princípio da seletividade da despesa pública	111
6.5. Princípio da conformidade jurídica (legalidade)	114
6.6. Princípio da segregação de funções	116
6.7. Princípio da proteção da confiança	118
6.8. Princípio da boa gestão (economia, eficiência e eficácia)	120
6.9. O princípio da transparência	124
6.9.1. A juridicidade do princípio e dos deveres decorrentes	124
6.9.2. Em especial, os deveres de informação	126
6.10. Princípio da concorrência	127
6.11. Princípio da responsabilização	129
§ Sequência	131
PARTE II. TEORIA DA DESPESA PÚBLICA	133
1. Noção juridicamente adequada de despesa pública	133
1.1. “Despesa pública”, “gasto público” e dificuldades terminológicas	133
1.2. Noção de despesa pública	135
a) “Ato jurídico-público”	135
b) “Afetação de recursos financeiros”	137
c) “ <i>Prossecução do Interesse público</i> ”	138
1.3. Figuras afins da Despesa pública	141
2. Fundamentos da despesa pública	143
2.1. Fundamentos jurídico-axiológicos	145
2.2. Fundamentos jurídico-normativos	146
3. Enquadramento diacrónico da despesa pública	152
§ Considerações sobre a atual tendência de desestadualização das finanças e da despesa	152
4. Tipologia das despesas públicas	156
4.1. Enquadramento	156
4.2. Tipologias teóricas	157
4.2.1. Quanto à autonomia de vontade: despesas vinculadas e despesas voluntárias (discricionárias)	157
4.2.2. Quanto ao destinatário: despesas internas e despesas externas (transferências)	160
4.2.3. Quanto ao objeto: despesas correntes e despesas de capital	161

4.2.4.	Quanto ao modo de efetivação: despesas diretas e despesas indiretas	162
4.2.5.	Quanto à forma: despesas contratuais e despesas não contratuais. Especial referência ao Código dos contratos públicos	163
4.2.6.	Quanto à periodicidade: despesas ordinárias e despesas extraordinárias	167
4.2.7.	Quanto à repercussão no passivo: despesas efetivas e despesas não efetivas	168
4.2.8.	Quanto aos efeitos económicos: despesas meramente produtivas e despesas reprodutivas	169
4.3.	Tipologias normativas-legais	170
4.3.1.	Classificação económica	170
4.3.2.	Classificação orgânica	173
4.3.3.	Classificação funcional	173
5.	Sujeitos da despesa pública	174
§	Prévio: A questão da existência de uma relação jurídica de despesa pública	174
5.1.	Sujeitos públicos por natureza	176
5.1.1.	Regime de simples autonomia administrativa	178
5.1.2.	Regime de autonomia administrativa financeira	183
5.2.	Sujeitos privados participados	188
5.3.	Sujeitos privados contratualizados	190
6.	A dinâmica da despesa pública estadual e o procedimento de realização da despesa pública	193
6.1.	A importância da procedimentalização	193
6.2.	As fases do procedimento despesista	195
6.2.1.	Fase da instrução (fase preparatória)	197
6.2.2.	Fase da cabimentação	199
a)	Cabimentação e libertação de créditos	199
b)	Especial referência às cativações	201
6.2.3.	Fase da autorização	203
6.2.4.	Fase da assunção do compromisso	205
a)	A centralidade do “compromisso”	205
b)	Requisitos da assunção de compromissos	207
α)	A existência de fundos disponíveis	208
β)	A aposição de um número de compromisso válido e sequencial	210

c) Consequências da assunção ilegal de compromissos	211
α) Invalidade	212
β) Não reclamação de pagamentos	213
χ) Responsabilização	214
6.2.5. Fase do processamento e liquidação	218
6.2.6. Fase do pagamento. Regime dos pagamentos em atraso	219
6.3. Desvios legalmente admitidos ao procedimento despesista (breve referência)	220
7. O controlo da despesa pública	223
§ Prévio: a importância do controlo	223
7.1. O controlo social	225
7.2. O controlo político	227
7.3. O controlo jurídico	229
7.3.1. Controlo administrativo	230
7.3.2. Controlo jurisdicional	232
7.3.2.1. Tribunal Constitucional	232
7.3.2.2. Tribunal de Contas	237
7.3.2.2.1. Enquadramento	237
7.3.2.2.2. Tipos de controlo	238
a) Controlo prévio	238
α) Objeto do controlo prévio	239
β) Parâmetro do controlo prévio	242
χ) Efeitos do controlo prévio	245
δ) Brevíssima referência à questão da natureza jurídica do ato de visto	249
b) Controlo concomitante	252
c) Controlo posterior	254
7.3.2.2.3. Consequências do controlo – efetivação de responsabilidades	255
a) Responsabilidade reintegratória	256
b) Responsabilidade sancionatória	259
7.3.2.3. Tribunais administrativos e fiscais	263
7.3.2.4. Outros tribunais	265
8. A dinâmica da despesa pública europeia (breve referência)	266
9. Os efeitos da despesa pública	270
ÍNDICE REMISSIVO	273
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	281

